

SISS, Ahyas.
Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa:
razões históricas.
Quartet; PENESB, 2003.

Sabrina Plá*

Ahyas Siss é graduado em Ciências Sociais pela UERJ, mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do RJ/IUPERJ, e doutor em Educação pela UFF. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vice-diretor do Instituto Multidisciplinar, campus de Nova Iguaçu, professor do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da UFMT. Atua na área de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, com a temática de pesquisa centrada em Políticas Afirmativas para a População Negra / Negro e Ensino Superior. Organizou outros dois livros, sendo eles, *Escolas do Imperador* em 2005 e *População Negra e Educação Escolar* em 2006, além de muitos outros trabalhos publicados.

O livro, *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas* é resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2001 na UFF, em Niterói. A obra consta de sete capítulos e discute a educação do negro na sociedade brasileira, pautando-se em informações e questões históricas que servem como ponto de partida para a discussão sobre as políticas de ação afirmativa e as cotas para negros.

Na *Introdução*, o autor salienta que a exclusão do processo educativo dos negros é histórica, a princípio não sendo legalmente expressa, mas constituindo-se por meio de subordinação frente ao grupo racial branco. Também evidencia há brutal desigualdade dos afro-brasileiros em questões socioeconômicas, e a sua luta por meio de movimentos sociais intensifica-se por volta dos anos 70, na crise do regime militar brasileiro, visando minimizar aquelas desigualdades.

A análise histórica de como o Estado vêm se relacionando com as desigualdades raciais brasileiras perpassa o livro, com especial atenção nas medidas políticas elaboradas para extinguir essas disparidades, tendo como pano de fundo a cidadania em seu pleno exercício. Para tal, o autor utiliza-se de três procedimentos: a revisão teórica, conceitual e histórica das lutas e ações coletivas emancipatórias dos afro-brasileiros, entrevistas com dirigentes do Movimento Negro no Rio de Janeiro e com intelectuais brancos e negros ligados a educação, e por fim e análise

documental dos atos do governo em suas três esferas, Executivo, Legislativo e Judiciário.

O segundo capítulo, *As relações raciais, a educação e as demandas por cidadania dos afro-brasileiros: do pós-abolição ao "pra frente, Brasil"*, evidencia que a educação pública, gratuita e universal não era uma prioridade do Império. Mesmo após o período de transição do Império para República, com a criação de uma nova Carta Magna assegurando os direitos e deveres dos cidadãos, a educação dos negros (principalmente) continuou sem qualquer avanço significativo. A chamada Velha República, principalmente em São Paulo, favorecendo a entrada de imigrantes brancos no Brasil, não possibilitou ao segmento populacional afro-brasileiro enfrentar as péssimas condições de vida oriundas de sua submissão ao regime de trabalho escravo por mais de 350 anos. Deste modo foi provocada uma migração interna dos negros para centros industriais, em busca de mais educação e melhores condições de vida.

Ainda o autor coloca que a cor branca era tida como um fator positivo para ascensão social e a cor negra era percebida como negativa. Neste momento, acreditava-se que a mistura dos negros com os imigrantes brancos, reverteria a desproporção entre brancos e negros criando um novo fenótipo. Trata-se da "ideologia do branqueamento" pela qual a marca da descendência negra é vista como uma desvantagem que é preciso esconder, ou um fator que indica quem é passível de ser discriminado. Dessa situação é que emana um quadro em que os mestiços de brancos e negros acabam sendo discriminados como se fossem totalmente negros, e pelo qual os mestiços começam a se reivindicar como pertencentes à raça negra, como estratégia de defesa e afirmação.

Siss destaca o expressivo papel desempenhado, nos anos 50, pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) com o objetivo de resgatar a cultura e os valores afro-brasileiros, violentamente negados, e seu papel central na definição de objetivos e ação reivindicatória sobre o Estado, o que atribuiria um novo perfil ao movimento negro. Pode-se afirmar que o TEN e os congressos nacionais promovidos por suas

* Licenciada em Pedagogia. Aluna do PPGE da UEPG. E-mail: sabrinapla@gmail.com.

lideranças significam uma mudança de paradigma do movimento negro brasileiro, tanto em termos de estratégias quanto de fundamentos e definições.

No terceiro capítulo, *Afro-Brasileiros, educação e os processos de construção de cidadania*, o autor discute a idéia de cidadania relacionada aos direitos e deveres dos cidadãos perante o Estado. A fratura do conceito de cidadania encontra-se em parte no fato de que até 1988, os africanos e seus descendentes eram objetos de compra e venda. Somente após a abolição passam a ser considerados "cidadãos", mas portadores e/ou depositários de uma cidadania passiva ou de segunda classe, que favoreceu uma assimilação prejudicada desse grupo racial a sociedade. Nesse sentido, o autor salienta uma análise feita por Florestan Fernandes, que entende que o modo de produção escravista moldou o escravo, mas não preparou o cidadão para o sistema de trabalho livre, dificultando sua entrada no mercado de trabalho. Contrariamente a este estudo, as teses de Hasenbalg ressaltam a variável raça como atributo ideologicamente constituído que opera como um princípio racial classificatório.

Neste capítulo ainda, o autor demarca uma das peculiaridades nacionais conformada na idéia de que entre a formalidade da lei e a sua efetiva aplicação há uma grande distância; assim no aprendizado do exercício da cidadania ativa, os afro-brasileiros tentaram encurtar essa distância por meio de mobilizações coletivas, tais como atos públicos e passeatas. O Estado, tanto nesses casos como em outros, por diversas vezes reprimiu os grupos negros tratando-os como agitadores impatriotas, constituindo a falsa democracia.

O capítulo quarto, *Educação, cidadania e multiculturalismo*, lembra-nos o autor sobre o multiculturalismo percebido de diversas maneiras em sociedades diferentes, especificando casos como dos Estados Unidos, Europa e Brasil, demonstrando a forma não linear como o multiculturalismo é percebido.

No capítulo cinco, *Ação afirmativa: educando para a construção de uma sociedade democrática*, Siss especifica as ações afirmativas como importante mecanismo pedagógico de educação dos diferentes grupos sociais para o respeito às diversidades. Exemplifica os diferentes motivos que fizeram alguns países adotarem essas ações, como Malásia, Índia, Ilhas Fidji entre outros. Evidencia que da mesma maneira que diferentes são os objetivos de diversos países adotarem essas ações, diferentes e inúmeros também são os motivos dos que se opõem à implementação de tais políticas.

O capítulo seis, *Ação afirmativa no Brasil: tensões, propostas e iniciativas*, aborda a grande responsabilidade do Estado em elaborar mecanismos políticos de implementação da equidade, de cidadania plena, que levem à democratização da sociedade, no Brasil as políticas de ação afirmativas datam as últimas décadas do século XX e quase sempre são acompanhadas das organizações do Movimento Negro. Aborda alguns exemplos de como a imprensa se posiciona em relação à necessidade e possibilidade de se implementarem as políticas de ação afirmativa no Brasil e traz algumas discussões no âmbito federal, estadual e municipal em relação as tais políticas. Finaliza dizendo que, quanto mais se caminha, menos se avança em termos de realizações.

O último capítulo, *Relações raciais, academia e cidadania dos afro-brasileiros*, o autor aborda que a partir da década de setenta a educação dos negros e mestiços tem um crescimento significativo, entretanto ainda de forma lenta, limitada e com trajetórias acidentadas, quando comparado a grupo racial branco. Desta forma a década de 1980 conhecerá uma importante proposta educacional elaborada por intelectuais de organizações do Movimento Negro, como a inclusão da Pedagogia interétnica, prestigiando os valores culturais dos grupos etnicamente dominados, também vários campos de pesquisa surgem relacionados a situação educacional dos negros no Brasil.

A tese de Siss defende que as políticas de ação afirmativa racial, se aplicadas entre nós, se não eliminarem os elevados índices de desigualdades sociais, pelo menos contribuirão para sua significativa redução e que a garantia de que os afro-brasileiros possam exercer seus direitos de forma efetiva, requer muito mais do que a implementação de ações afirmativas, entretanto e certamente há que se passar por elas.

A obra vem auxiliar a todos aqueles que se interessam pelo assunto e debatem a implementação das ações afirmativas no Brasil. A relevância da pesquisa está sobretudo na capacidade de articular processos e fatos históricos com os argumentos lógicos em favor da implementação dessas ações, como forma de superação do quadro de marginalização do negro, não apenas em favor desse grupo racial, mas de toda a sociedade brasileira, na medida em que permite favorecer a instituição de uma democracia efetiva, não limitada pela ausência de direitos substantivos oriunda da trajetória de nossa sociedade.